



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 479/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10712/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Uarini.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Silvano Oliveira da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Uarini, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 122/2015 (fls.240/267).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 125/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 268/274).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Uarini. Exercício de 2014.

*Contas Irregulares. Multa. Prazo. Autorização para a Cobrança Executiva. Determinações à Origem e à Próxima Comissão de Inspeção. Ciência ao Interessado.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular** as Contas do Sr. **Silvano Oliveira da Costa**, responsável pela Câmara Municipal de Uarini durante o exercício de 2014, em razão das irregularidades a seguir descritas: a) ausência de controle interno, b) ausência de registro analítico de todos os bens de caráter permanente com a indicação dos elementos necessários à perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis por sua guarda e administração (art. 94 da Lei n.º 4.320/64), c) convites n.º 001/2014 e 002/2014 desprovidos de ato de designação da comissão permanente de licitação – CPL e indicação dos recursos orçamentários para seus pagamentos d) convite n.º 003/2014 desprovido dos documentos exigidos nos art. 38, I, II, III, IV, V, VI, VII e XII, da Lei n.º 8.666/93, de indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento e de caracterização de seu objeto e) dispensa de licitação n.º 001/2014 desprovida de documento que publicou despacho de dispensa e adjudicação, de justificativa de preço, de razão da escolha do fornecedor, de indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento e de caracterização de seu objeto, f) contratação sem prévio procedimento licitatório (licitação, dispensa ou inexigibilidade);

**9.2- Multar** o Sr. **Silvano Oliveira da Costa** em **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) com fundamento no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM em razão das irregularidades descritas no item 9.1 deste Acórdão;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 479/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** ao interessado para que recolha em favor do erário estadual o valor pertinente à multa aplicada;

**9.4- Autorizar**, desde já, **instauração de cobrança executiva** em casa de não recolhimento da multa no prazo ora estabelecido;

**9.5- Determinar:**

**9.5.1-** À origem que observe, com mais afincos, os dizeres da Constituição Estadual (art. 39), da Lei n.º 8.666/93 (em especial o art. 38 e incisos), da Lei n.º 4.320/64 (art. 94) e da Lei n.º 2.423/96 (art. 32, II, “h”) e tome providências alternativas caso haja novos problemas na transmissão e/ou alimentação de dados via internet, sob pena de haver aplicação de multa em se verificando inércia para solucionar possíveis dificuldades;

**9.5.2-** À Comissão de Inspeção Ordinária responsável por averiguar as próximas Contas da Câmara Municipal de Uarini que verifique se o sistema de controle interno da referida Casa Legislativa está sendo implementado;

**9.6- Cientificar** o Sr. **Silvano Oliveira da Costa** sobre o desfecho atribuído a estes autos.

**10- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 07 de junho de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral